



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos, mais um requerimento que passo a ler.

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 25, DE 2012**

- Não Terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização seminário, no âmbito do ciclo de palestras e debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, com a finalidade de debater e analisar "Políticas de mitigação de diferenças regionais na Amazônia através da organização ambientais das cadeias produtivas, compensações e agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar, do extrativismo e da silvicultura", a realizar-se na cidade de Guarajá-Mirim, Estado de Rondônia, no dia 06 de julho de 2012, sexta-feira às 14 horas, horário de Brasília, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; Representante do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBio; Representante do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio - MDIC; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Representante do Governo do Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Mais um requerimento.

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 26, DE 2012**

- Não Terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a atual crise por que passa a suinocultura brasileira. Para tanto, sugere que sejam convidados: Sr. Mendes Ribeiro Filho - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. João Rabelo Júnior - Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Sr. Marcelo Lopes – Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS); Sr. Pedro de Camargo Neto – Presidente da



Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIEPS); Sr. Susumu Honda – Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS).

Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Sérgio Souza

Com a palavra, para debater, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bem rápido, Sr. Presidente, pois já estamos prontos para ouvir nossos expositores sobre a questão da taxa de juros para o Plano Safra, 2012/2013.

Quero dizer que, no dia de ontem, o Senador Sérgio Souza, que subscreve também este requerimento, e os Senadores por Santa Catarina, Luiz Henrique, Casildo Maldaner, Paulo Bauer e eu própria, estivemos em uma peregrinação, uma verdadeira maratona de audiência, com o Ministro Mendes Ribeiro Filho, com o Secretário João Rabelo que, aliás, abriu a agenda e o agradecemos – daqui a pouco falará para nós. Agora, de manhã, na audiência com a Ministra Gleisi Hoffmann, levamos a ela a gravidade deste problema. Estamos tratando dos criadores de suínos e não de uma cadeia produtiva, mas dos criadores de suínos, não só os que trabalham de forma integrada com as grandes indústrias, mas também do criador autônomo ou independente.

Se, em 30 dias, não forem tomadas pelo menos duas medidas, uma de prorrogação dos créditos ou dos financiamentos de custeio e investimento e também a abertura de um crédito para retenção de matrizes, haverá uma quebradeira geral. Não é nada de terrorismo, não é nada de alarmismo, mas é a situação real que o setor está vivendo, por isso, a solicitação.

Se for possível, dada a urgência que o tema requer, Presidente Acir Gurgacz – e V. Exª é muito sensível a isso –, se possível fazer essa audiência pública no dia 05 de julho, o que seria em um tempo hábil porque, semana que vem, não teremos sessões deliberativas em função da Rio+20. Então, se puder ser agendada para 05 de julho, ficaria muito grata a V. Exª em nome dos Senadores por Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e de outros Estados, porque estavam presentes, também. Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia. De fato, é um tema recorrente e nós precisamos tomar providências urgentes.

Em votação o requerimento para marcar a data para o dia 05 de julho.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a audiência pública para o dia 05 de julho. Que se expeçam os pedidos convidando os nossos convidados.



A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 24/2012, de autoria do Senador Sérgio Souza, Senadora Ana Amélia, Senador Waldemir Moka, Senador Antonio Russo e Senador Cyro Miranda, aprovado dia 30 de maio com a finalidade de discutir a redução das taxas de juros praticadas nos financiamentos destinados ao setor agropecuário.

Dessa forma, convido para compor a Mesa os seguintes convidados:

- Dr. João Rabelo, Secretário Adjunto de Política Agrícola da Secretaria Econômica do Ministério da Fazenda;
- Dr. Wilson Vaz Araújo, Diretor do Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura – Mapa.
- Drª Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente Técnica da CNA, e
- Dr. Paulo César Dias do Nascimento Júnior, Analista de Mercado da OCB.

Agradeço a presença de todos. Sejam bem-vindos!

Iniciamos nossos trabalhos, pela ordem.

Com a palavra, Dr. João Rabelo para suas colocações com relação à baixa dos juros para os nossos agricultores, em face da baixa da taxa Selic para que a gente possa reduzir proporcionalmente os juros para nossos agricultores.

Desculpem-me. Vamos colocar 10 minutos para cada um? Menos? Então, até 10 minutos.

O SR. JOÃO RABELO – Bom dia, Srs. e Srªs Senadoras; Presidente. Muito obrigado. Nós, do Ministério da Fazenda, agradecemos mais uma vez a oportunidade de estar aqui nesta importante Comissão.

As taxas de juros do crédito rural costumeiramente são taxas de juros compatíveis com a atividade. A partir de 2002, quando foi implementada a taxa de juros fixa, ela vem viabilizando – o fato de termos taxas de juros fixa – uma série de atividades rurais e reduzindo, significativamente, os riscos de endividamento excessivo e prorrogações.

A taxa de juros tem sido calculada com base na taxa de juros brasileira, sim, mas também na sua capacidade de tomar crédito de cada um dos tomadores e também na rentabilidade de seus rendimentos. A primeira taxa fixa era um pouco abaixo de 10%, fixada em 2002. Em 2006, teve uma alteração e ela foi reduzida para 6,75% e permanece assim desde 2006.

Durante esse período, nós tivemos reduções e aumentos da taxa Selic e não necessariamente a taxa básica da agricultura permaneceu como está, exatamente para que desse a tranquilidade ao homem do campo para que ele tivesse a certeza de quanto seria o seu crédito e pudesse se planejar.

É importante dizer que 6,75% é a taxa do grupo mais alto, da classe mais alta da agricultura. Quando nós falamos do médio agricultor, sua taxa já é 6,25. Isso foi implementado anteriormente. Quando nós falamos do Pronaf, no



custeio, varia entre 0,5% e 4,5%. Então, essas são as taxas de juros hoje para custeio.

Do ponto de vista de investimento, recentemente o Governo já fez um esforço grande na redução das taxas de juros do PSI, programa que tem sido utilizado para a renovação das máquinas e equipamentos. A taxa do PSI chegou a 5,5%. A taxa, para uma operação de 10 anos, é extremamente competitiva, mesmo do ponto de vista internacional. Novas mudanças de taxas de juros ainda estão em estudo no Ministério da Fazenda, e venho aqui para escutá-los e ouvir as ponderações dos Senadores e Senadoras, mas também dos outros palestrantes da Mesa.

Mais uma vez, obrigado. Coloco-me aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. João Rabelo. Realmente, bastante objetivo em suas colocações.

Eu registro a presença aqui do Edir, Prefeito de Cacaulândia, em Rondônia, e seu Vice-Prefeito, Daniel. Sejam bem-vindos em nossa Comissão de Agricultura.

Passo a palavra ao Dr. Wilson Vaz Araújo, do Ministério da Agricultura.

O SR. WILSON VAZ ARAÚJO – A todos, à Sr^a Senadora Ana Amélia; ao Presidente da Mesa, é um prazer está aqui falando com vocês e com todo o público.

Não tem muita coisa diferente do que o colega do Ministério da Fazenda, João Rabelo, mencionou. Mas eu tenho duas lâminas que quero mostrar.

Nós, em fevereiro, começamos... Quer dizer, esse negócio de Plano Safra, na verdade, quando se está encerrando um, imediatamente se inicia já todo o preparativo do próximo. Inicia-se, porque você acompanha e monitora e registra o que precisa ser corrigido, o que precisa ser melhorado, sugestões que surgem ao longo do tempo. Mas, a partir de fevereiro, nós encaminhamos correspondências a umas trezentas instituições e representações de produtores, bancos, de insumo e tudo, pedimos sugestões ao Plano Safra...

Enfim, recebemos umas 500 sugestões. A grande maioria delas, de uma forma ou outra, já está contemplada e há, às vezes, alguns ajustes, trabalhamos nisso nestes últimos meses. Claro que, dentro desse conjunto de propostas, mesmo antes de esse movimento mais forte, recente, de queda de juros, já havia propostas de vários segmentos solicitando a redução da taxa de juros. É claro que a questão de juros, vista em um contexto maior, conforme bem mencionou o colega Rabelo, não necessariamente tem um vínculo exclusivamente com o movimento da Selic. Como mostrarei na próxima lâmina, vocês podem ver o que nosso Colega João Rabelo, da Fazenda, mencionou. A próxima lâmina mostrará bem isso.



Outra coisa que nós temos de trabalhar e estamos trabalhando com bastante ênfase é o de assegurar o recurso do crédito. Veja bem, aqui há uma série de 1999/2000. A linha verde é o que nós programamos em cada ano/safra. Este Plano Safra está findando agora em 30 de junho. Estamos com 107 bilhões de programação, aplicados até abril 73 bilhões, o que, em relação ao ano passado, estão quase no mesmo patamar.

Mas no ano de 2010/2011, quando se fechou o ciclo, nós realizamos 94% do que nós programamos. Quer dizer, não temos errado muito, não, temos ficado bem ajustados em termos de uma programação que se faz um ano antes e depende de um conjunto de variáveis. Nós não temos ingerência nas fontes de financiamento. Depois que elas são dadas, é o mercado que dá a dimensão da disponibilidade de uma fonte e outra. Enfim, nós temos feito uma programação bastante ajustada com relação ao que tem acontecido.

Próxima, por favor.

Aqui o foco está nas taxas de juros. Peço desculpas se alguém achar meio confuso, porque há muitas variáveis no gráfico, mas eu poderei mencionar rapidamente.

Este aqui é o comportamento da Selic, pegando novembro de 1996. Aqui a gente corta, porque, digamos assim, foram níveis muito fora da curva. Foram longe demais.

Mas vejam bem, sempre em uma tendência decrescente. As taxas de juros do crédito rural – a gente vem trabalhando com ela fixa, desde 1996. Olha aqui o período longo em que ela ficou, com 8,75%. E da safra 97/98 para cá está com 6,75%. Taxas de juros com recursos controlados de crédito rural. Não está plotada aqui a taxa do Pronamp – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural –, que está em 6,25%.

Quando você pega a linha vermelha, é o Pronaf. Casualmente, aqui é a criação do Pronaf. Em 1995... Começou mesmo operar forte em 1996. Mas esta é a taxa de juros do Pronaf. Aqui você passa a ter taxa de juros diferenciadas, também no Pronaf. Este é o maior nível de uma categoria do Pronaf, que está nessa linha vermelha. Aqui, certo? E aqui você tem a taxa inferior, 1,5, e tem caso, até, de 0,5% de taxa no caso do Pronaf. Não está plotada aqui, mas existe essa taxa também.

Esta aqui é em que foi mencionado o PSI, criado, acho, a partir de junho de 2009, me parece, quando começou a contratar alguma coisa. Na origem, foi criado com 4,5. Ele teve um pequeno momento com 5,5, subiu a 6,5 e agora, neste ano, ele está com 5,5%. É esta taxa, esta curva aqui, certo?

O que mais temos aqui? Bom, a linha azul é o IPCA nesse período também, anual, anualizado. Então, o IPCA serve para mostrar a diferença do juro da agricultura com... Seria extrair o juro real, a diferença: com a taxa de juro do crédito rural menos a variação do IPCA no ano se teria o juro real. Então, ele está



ligeiramente acima de 1%, talvez, o juro real da taxa controlada do crédito rural. É claro que o Pronaf tem taxa de juro negativa, taxa de juro real.

De maneira que é claro que tem, aí, a área econômica do Governo, juntamente com o Ministério da Agricultura, Banco Central, área econômica também, então, essa questão da taxa de juro está sendo avaliada, mas você não tem, ainda, nenhum indicativo de para onde vai, de quanto vai, até porque eu falei que não é a Selic a única referência de aumento ou redução da taxa de juros. É claro que é uma variável bastante significativa, mas está no escopo da discussão e, enfim, a gente espera que ainda neste mês de junho nós consigamos sair com as novidades que, eventualmente, foram introduzidas.

Senador, então, basicamente é isso.

Aí, vamos ouvir os demais colegas e estamos abertos aos questionamentos.

Muito obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Wilson.

Passo a palavra à Drª Rosemeire Cristina dos Santos, que retorna à nossa Comissão.

Seja bem-vinda, Rosemeire.

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Obrigada, Presidente.

Agradeço o convite que nos foi feito, que foi feito à Confederação da Agricultura para debater taxa de juros, num momento que é bastante importante. Nós estamos tratando das negociações do Plano Agrícola e Pecuário, então é bastante oportuna essa discussão.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia e o Senador Moka.

Muito obrigada pelo convite.

Bom, nós temos observado que embora a Selic não seja o principal ponto a ser considerado, gera-se uma expectativa para o produtor rural.

A gente vê comerciais – “bom para todos” – e nós acreditamos, também, que o “bom para todos” seja bom para o agricultor brasileiro também, que tem aguardado com bastante expectativa a divulgação do Plano Agrícola e Pecuário, até porque, Senador, nós tivemos uma perda de 20 bilhões no valor bruto da produção neste ano, em função tanto de perdas de safra, em função de problemas na região Sul do País, como agora no Nordeste.

Então, teoricamente, se eu tenho o produtor recebendo menos pelo seu faturamento bruto, eu vou ter, também, uma necessidade maior de capital de terceiros para financiar a minha safra. Some-se a isso, também, a elevação dos custos de produção. Se nós considerarmos os preços dos fertilizantes comparados aos do período de comercialização no ano passado, nós teremos um aumento médio ao redor de 32%.



Então, crédito vai ser um dos problemas que nós teremos para financiar 2012 e 2013. Então, é uma safra de bastante expectativa e que nos traz muitas preocupações.

Com relação à taxa de juros, eu gostaria que projetassem aqui. Nós fizemos só... Comparada a quando foi divulgado o Plano Agrícola e Pecuário no passado, quando a gente negociava o Plano Agrícola e Pecuário do ano passado, a taxa Selic, até o presente momento, caiu cerca de 29,16%.

Então, esse aumento... Eu gostaria que projetassem o próximo *slide*. Essa redução é a nossa expectativa do que haja, então, nas taxas de juros do próximo Plano Agrícola e Pecuário.

Então, se eu tinha, lá, o ABC. O ABC até caiu, hoje, a 5%, não é? Caiu nessa revisão, no mês de fevereiro, mas o Produza e outros programas que eram 5,5% na época de divulgação passassem a pelo menos 3,9% e 4% na próxima safra.

Moderinfra, Moderagro e Prodecoop – houve uma debandada desses programas para o PSI, porque o PSI oferece condições e taxas de juros muito mais atrativas do que um programa que é específico para a área rural.

A questão do Moderfrota, para o grande produtor, também. Na época, foi divulgado com taxas de juros mais elevadas, então, a gente aguarda uma redução, e os fundos constitucionais, que são um outro problema que precisa ser solucionado. Em vista de a última alteração na taxa de juros de longo prazo ter sido em junho de 2009, mantém-se ao redor de 6%, então, seria necessária uma revisão também das taxas de juros dos fundos constitucionais.

Então, a expectativa nossa é essa. Temos apresentado proposta ao Governo, participado de algumas reuniões, colocado esse posicionamento e essa nossa preocupação com relação à safra 2012/2013.

Nós tivemos, aí, pelo menos três anos de bons anos de agricultura, com preços bons, safras recordes. Os produtores anteciparam o pagamento de suas contas, só que precisam investir, precisam continuar investindo na atividade.

Um ano de perda de safra não é recuperado de um ano para o outro. A gente vai levar, aí, pelo menos dois ou três anos para reequilibrar as contas, principalmente dos produtores da região Sul do País, que mais sofreram com as perdas climáticas.

Então, nós aguardamos o Plano Agrícola, que deve ser divulgado no final do mês, e aguardamos com essas reduções de taxas de juros.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço, Drª Rosemeire.

Passo a palavra ao Dr. Paulo César Dias do Nascimento Júnior, da OCB.

O SR. PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR – Prezado Presidente, prezados Senadores, a OCB agradece, na verdade, a oportunidade de falar e tratar de um tema tão relevante, na verdade, para o panorama do



agronegócio, da agricultura e da pecuária, até porque, na verdade, a taxa de juros é vista pelo produtor rural como um encargo. Para o produtor rural, sob a ótica do produtor rural, e leia-se nossos cooperativados, ela é vista como um encargo.

Então, necessariamente, medidas que visem à redução da taxa de juro fazem com que os custos para o produtor sejam mitigados.

Uma outra situação é que o *mix* de operações que o produtor rural faz hoje, necessariamente, quando envolve custeio, os seus investimentos e comercialização, é de operações, relativamente, pelos limites implantados e definidos pelo manual de crédito rural, com limites altos.

Então, qualquer variação, na verdade, na redução da taxa de juros é um fator preponderante de estímulo para que ele possa continuar e avançar no seu perfil de contratação de crédito.

De certa forma, nós da OCB, claro, apoiamos toda e qualquer iniciativa que vise a reduzir as taxas de juros.

Pode passar para a próxima.

Aqui, é uma lâmina bastante simples. Ela descreve, na verdade, um comportamento. Nós temos, aí, uma série histórico-temporal de 10 anos, onde nós temos a taxa básica de referência da economia brasileira, a taxa Selic, e nós percebemos, aí, que ela atingiu determinados valores, desde 2002, 2003, valores quase que até de 25% – um cenário totalmente diferente, em termos de conjuntura macroeconômica, daquilo que nós vemos hoje.

Nós percebemos uma redução mais do que proporcional, quer dizer, quando nós analisamos um decréscimo de 23,6 a um ponto de 2012 em que ela chega em 8,5%, houve um decréscimo muito mais do que proporcional.

Os juros controlados, a partir de 2002, nós tivemos, aí, detalhes de 8,75%.

Necessariamente, em 2007, até pela queda mais do que proporcional na taxa, houve uma mudança e uma redução na taxa de juros controlados do crédito rural, chegando, até 2011, a 6,75.

O que nos interessa, necessariamente, é ver esses diferenciais, quer dizer, quando nós comparamos os diferenciais da taxa Selic com os juros controlados, a gente percebe que, necessariamente, ela chegou a um diferencial de até 15%.

Então, nós vemos um espaço bastante grande para que essa taxa, necessariamente, seja reduzida.

Aquela taxa proposta, de 5%, foi uma taxa que nós propusemos, na verdade, para o Ministério da Agricultura no início do ano, no momento em que o relatório do banco Focus sinalizava uma taxa Selic de 9,5%.

Então, nós sinalizamos, como proposta do Plano Agrícola e Pecuário, uma taxa de 5% e nós teríamos diferenciais de 3,5%.

Pode passar.



Agora, por que, na verdade, existe esse espaço para essa redução? Aqui, de forma bem simples e bem sucinta. Todos sabem, na verdade, da importância do crédito, da importância do setor do agronegócio. É um setor estratégico, que garante a segurança alimentar, então, ele deve ser tratado com condições especiais e com especificidades.

Necessariamente, nós percebemos, aí, o PIB.

Qual é a riqueza que o agronegócio tem trazido à agricultura e à pecuária? Na verdade, nós podemos sinalizar, ali, montantes de quase R\$550 bilhões para o País.

Pode passar.

Quando nós trabalhamos com a balança comercial, e aqui nós inserimos a questão das cooperativas, nós temos, na verdade, um saldo superavitário, onde, justamente no agronegócio, nós percebemos um saldo da balança comercial de 29,7 bilhões, quer dizer, por que 29,7 bilhões? Porque houve uma compensação muito grande pelo agronegócio e pelo saldo das cooperativas, pelo saldo superavitário, em contrapartida com as atividades não agro, em que houve, na verdade, um déficit de quase US\$50 bilhões.

Então, atualmente, nós participamos – o setor cooperativo, as cooperativas agropecuárias – com 2% do volume total dessas exportações e, necessariamente, num valor de 6,17. Nós podemos perceber que o saldo é muito superavitário, porque do total de 6,17%, nós temos um saldo de 5,82 – poucas importações, quer dizer, quase que na sua totalidade, 5,82 milhões em exportações.

Pode passar.

Isso aqui são só propostas do sistema cooperativista.

Nós temos tido um excelente relacionamento com o Governo, em especial com o Ministério da Agricultura. Neste ano, o Ministério da Agricultura, na Secretaria de Política Agrícola, tem-nos chamado para discussões específicas e pontuais, e naquele momento, uma das primeiras chamadas que nós fizemos, que foi demandada, foi a redução da taxa de juros controlados para 5%. Hoje, nós achamos que... Até porque, naquele momento, a taxa Selic prevista pelo banco Focus, a taxa básica era de 9,5. Hoje, ela está em 8,5 e nós achamos que aquele valor de 5% poderia ser baixado também.

É um documento consubstanciado em propostas técnicas e em justificativas técnicas, é um documento robusto, de mais ou menos 24 páginas, e o *layout* de apresentação que nós encaminhamos para o Ministério é esse aí.

Apresentamos em mão para o Secretário, o Vilson estava presente nessa reunião, então, nessa oportunidade, nós demandamos a elevação de recursos, elevação dos limites do Procap e Prodecoop, que são programas, para nós, extremamente importantes, um que foca a questão de capital de giro e o outro que foca, necessariamente, a modernização do nosso parque agroindustrial, e assim por diante. Nós fizemos algumas outras considerações.



Agora, por que para nós é relevante a questão da taxa de juros? Esse é um gráfico que, talvez, descreva muito bem isso.

Nós temos, aí, um anuário estatístico do Banco Central de 2001. O que ele descreve? Ou seja, ele compila todas as informações contratadas de crédito rural e o valor total das contratações de produtores mais cooperativas. Eles se situam, aí, no valor de quase R\$95 bilhões.

As cooperativas participam, no todo, de quase 5 bilhões, quase 4,7 bilhões, o que representa, necessariamente, 5,1% do total. Em custeio, 1,5; em investimentos, 7%; em comercialização, 13,8. Ou seja, num montante tão grande, de 4,7 bilhões, quer dizer, qualquer avanço que nós tenhamos, na verdade, nas próximas safras, em termos de redução desses encargos, significa uma questão de redução e de economia para o setor que é relativamente grande.

Então, é o final da minha apresentação. Estou à disposição e aberto para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Paulo, pela sua explanação.

Eu passo a palavra, então, para a nossa signatária, Senadora Ana Amélia, para fazer as suas colocações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma das. Aqui está a outra também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Uma das.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ela não costuma fazer perguntas, ela faz uma inquirição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A signatária e o signatário...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora, ele vai ter uma liga. Ele vai ter uma liga agora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu acho que você não conhece bem a Senadora.

Senadora, com a palavra, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu vou direto ao ponto.

Secretário João Rabelo, diante do que a Rosemary apresentou de argumentação, porque ela falou pelos produtores, qual espaço existe para a redução dessas taxas de juros para o setor agrícola? Que é penalizado em todas as avaliações. Essa primeira pergunta é para o senhor.

A pergunta seguinte é para o Paulo César. Uma redução das taxas – falo das cooperativas de crédito – de juro, seja da taxa Selic ou mesmo do crédito rural –, não vai criar nenhum problema para as cooperativas de crédito, já que o juro é também um elemento remunerador da instituição, da cooperativa? Então, como fica essa redução da taxa de juros?

Do Diretor do Departamento de Economia, Dr. Gilson Araújo, gostaria de saber se o senhor está otimista, porque o Ministério da Agricultura



pode propor uma política maravilhosa, mas, em matéria financeira, não é ele que decide, mas a Fazenda e o Banco Central. Então, considerando a realidade de hoje, uma situação complicada, com o surgimento do problema de seca, do endividamento, o senhor está percebendo se há uma disposição das autoridades financeiras, especialmente do Ministério da Fazenda e Planejamento, em relação ao que está sendo proposto nesse Plano Safra 2012/2013?

Para dizer para o Senador Waldemir Moka que eu falo pouco.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka, também signatário do requerimento para a realização dessa audiência pública.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Inicialmente, quero dizer que não estou afirmando que ela fala muito. Ao contrário, porque gente que não sabe o que perguntar ou não tem conteúdo pode falar pouco que sempre vai parecer muito. Ao contrário, V. Exª pode falar pelo tempo que quiser porque é muito preparada, e sempre vamos achar que falou pouco, porque fala com conteúdo.

Presidente, Senador Acir Gurgacz, devo dizer que nós sentimos a falta de V. Exª ontem, na grande festa da Frente Parlamentar da Agricultura, onde, tenho a impressão, havia muita gente do Governo, os líderes e tal.

Posso dizer que estou aqui há 16 anos e nunca tinha visto um evento que tivesse uma mobilização, tanto em quantidade quanto em qualidade, de lideranças do setor: dois Ministros, Ministro Aldo e Ministro Mendes Ribeiro, Senadores, além de centenas autoridades. V. Exª conhece a dificuldade que temos aqui, até porque é realmente difícil, somos poucos e os compromissos são muitos, mas chegamos a ter 15 Senadores no evento. A Frente Parlamentar costumava ter o Jonas, Senador Jonas, do Mato Grosso, o saudoso Senador Jonas, e um ou outro. Mas ontem estávamos em 15, Presidente.

Eu registrei que V. Exª realmente não tinha condições, estava acamado e também estava se preparando para duas audiências.

Primeiro, gostaria de dizer algumas coisas importantes. Dr. João Rabelo, Secretário Adjunto de Políticas do Ministério da Fazenda, os bancos dizem, quanto ao crédito, que ele tem um imposto muito alto. Eu queria ouvir algo mais concreto quanto a isso. Se o Governo abrisse mão do imposto daquilo que é dinheiro para crédito rural, que é igual a investimento, o setor bancário poderia realizar uma redução maior. Esse é o meu primeiro questionamento.

Com o é isso? Que percentual incide no dinheiro? Estou falando do dinheiro do depósito livre. Ele pega o dinheiro que, a rigor, não custaria nada para o banco, mas há um imposto embutido ali. Quando empresta, empresta com uma taxa de imposto do Governo. Não sei se estou sendo claro. A minha pergunta é muito específica. Porque eu já ouvi isso dos segmentos financeiros. Eles dizem que seria interessante a gente brigar junto, para que o Governo reduza um pouco



a mordida dele aqui no imposto do investimento no crédito rural, porque isso é investimento. Eu concordo com isso. Eu acho que essa é uma margem que nós devíamos explorar.

E depois dizer – e o gráfico mostrou ali – que chegamos a ter taxa Selic de 18%. Era 8,75%, foi reduzindo até chegar a 6,75%, mas hoje é 8,5%, e continua o mesmo 6,75%. Quer dizer, é claro que há uma margem para diminuir; a não ser que me provem o contrário, mas fica muito claro para mim isso.

Vejo aqui – o Dr. Wilson já estava praticamente terminando e não pude ouvi-lo, mas ouvi a Rosemeire e ouvi o Paulo César – que o setor, vocês já encaminharam a proposta, e eu acho que a CNA, nós tínhamos que ter uma proposta conjunta, Presidente. Nós teríamos que juntar esses dados aqui, e veja ali, o Paulo César mostrou: do superávit da balança comercial, de R\$29 bilhões, quase R\$30 bilhões, só temos isso porque o setor cobre o déficit de praticamente R\$50 bilhões de todos os outros segmentos. E nós conseguimos ainda colocar um superávit de R\$30 bilhões, praticamente R\$30 bilhões. E, na hora do crédito, se não me falha a memória, parece-me que nós só temos 13% desse crédito. E as cooperativas muito menos.

Então, eu acho que é essa proposta, Presidente Acir Gurgacz, que a Comissão como um todo deveria encaminhar. Nós teríamos que ir para uma negociação com a área econômica munidos disso. Ora, por que é que nós que geramos o superávit temos essas taxas? E por que é que estamos vendo estímulos para a indústria automobilística, para isso, para aquilo, e por que não para o nosso setor? “Ah, porque para o setor também!”. Mas pode ir melhor. E, na verdade, é importante dizer que, muitas vezes, esses números mostram recursos do superávit que as indústrias ou as agroindústrias têm. Não significa que o produtor rural tem esse tipo de superávit. Isso nós vamos deixar claro aqui. Quer dizer, o produtor rural, que é o dono da matéria-prima, fica com a menor fatia desse lucro. E o que estamos reivindicando aqui são juros menores, até para que o produtor rural tenha um pouco mais de renda.

Então, eu acho que o Paulo César consegue, até porque, quando ele projeta ali, a gente acaba fixando mesmo. Essa é uma estratégia importante. Mas eu acho que tanto a CNA quanto a OCB, em conjunto, devem formular uma proposta. E aí nós iríamos, Wilson, junto ao Ministro Mendes, para que a gente pudesse... Porque a gente tem que ter objetividade nessas audiências públicas. Qual é o objetivo? Não precisa nem de audiência pública! É uma audiência com o Ministro da Fazenda, ou com o adjunto dele, se ele não puder, mas alguém que tenha autonomia, e nós, acompanhados do Ministro Mendes Ribeiro, da Agricultura, para colocarmos... Agora vai haver um plano de safra, não é, Wilson? Eu acho que nós tínhamos que discutir essa questão antes que o Governo anunciasse o próximo plano, para que, com esse plano de safra, Presidente Acir Gurgacz, a gente já tenha condições, e talvez o Governo tenha condições de



anunciar juros menores, para a gente estimular mais investimento na safra deste ano para o ano que vem.

Eu parabenizo, não quero me estender, mas eu gostaria de ouvir, tanto do Wilson, quanto da Rosemeire, esta questão que me parece que é o que vamos ter que discutir com o Governo. O Governo tem como abrir mão de alguma coisa desse percentual dos juros que ele cobra quando o setor bancário dá o dinheiro, na forma de crédito para o setor rural? Tem como diminuir esse imposto? Porque eu acho que aí seria o espaço para negociação: o Governo abre mão disso, de uma parte aqui, e o setor financeiro diminui juros para compensar isso que o Governo está fazendo. Eu acho que é uma forma...

O Governo, por exemplo, abre mão de IPI... É engraçado que o Governo abre mão de imposto, mas, na hora de arrecadar, ele arrecada na forma de contribuição, porque aí ele não divide nem com os Estados, nem com os Municípios. Mas, na hora em que ele vai abrir mão de alguma coisa, ele abre do IPI. Esse é imposto, e esse é rateado. Então, ele abre mão de recursos que iriam para os Municípios e para os Estados. Ele nunca abre mão de contribuição, porque contribuição só fica com o Governo Federal.

Então, essa é uma realidade que, lamentavelmente, quando se abre mão do IPI, coitado do governador, coitado do prefeito, porque o FPE dele e o FPM dele certamente vão ter uma redução.

E eu paro por aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Também fiquei realmente chateado por não ter podido ir ontem à posse do nosso colega Homero Pereira, como também não fui à reunião dos mil servidores de Rondônia, que estavam aqui ontem. E também não consegui assistir ao jogo do Corinthians. *(Risos.)*

Na esteira do que falou o Senador Waldemir Moka e a Senadora Ana Amélia, Dr. João, nós vemos o Governo reduzir impostos e reduzir taxas de juros para o consumo, para tirar emprego nas grandes indústrias, para que não haja problema na economia. Isso é importante. Mas também é chegada a hora de reduzirmos impostos para o setor produtivo, e reduzirmos juros para o setor produtivo também, que movimenta a economia brasileira. Aliás, se nós temos um saldo na balança comercial brasileira é em função do agronegócio.

Então, é o momento de olharmos, como já foi olhado para o consumo, para as indústrias. Agora é o momento de olharmos para o setor produtivo, que é a grande força da economia brasileira.

Passo a palavra ao Dr. Wilson; na sequência, ao Dr. Paulo e ao Dr. João; depois, para a Rosemeire.

O SR. WILSON VAZ ARAÚJO – Senador Moka, V. Ex^a chegou um pouco depois, mas é sempre um prazer tê-lo conversando conosco. Tanto o senhor quanto à Senadora Ana Amélia estão sempre presentes, ativos ali no



Ministério. A gente costuma até brincar internamente, dizendo que há alguns Parlamentares que já passaram da hora de ter um DAS 5 no Ministério, de tão frequentes que lá estão, defendendo o setor. Isso é muito bom.

Bom, a Senadora fez uma pergunta: “Qual é o clima, qual é a expectativa do Ministério em relação às tratativas com a área econômica do Governo?”

Senadora, nessa área de política agrícola e nesse tipo de negociação dos Planos Safra, eu já estou lá há 15 ou 16 anos. E eu digo que estamos num ambiente muito, muito positivo, seja em volume de recursos, que estamos tentando trabalhar – não foi um ano muito fácil esse que passou, embora esteja acontecendo de forma satisfatória –, seja em relação a outras cláusulas econômicas, vamos dizer assim, e a programas de investimento, de ajustes. Enfim, está um ambiente muito fértil. Nós temos conversado muito, e não há uma distância... O Rabelo e sua equipe têm sido muito parceiros da agricultura. Eles percebem que o tratamento é profissional mesmo. A gente não está brincando de fazer política, até pelo compromisso que a gente tem com o setor. E, do lado de lá, a gente percebe isso com muita clareza.

Então, eu diria assim: essa expectativa positiva não está apenas no Ministério da Agricultura; ela cresce muito até quando se chega com a Presidente Dilma, e com o Ministério da Fazenda, com o Secretário do Tesouro, com o Banco Central; enfim, nas esferas de Governo, eu diria que a expectativa, as perspectivas nossas, se não tivermos avanços, seriam bastante frustrantes, porque nós estamos realmente otimistas. Estamos bastante otimistas mesmo.

Essa questão tributária, o Senador colocou bem. É uma preocupação nossa também. A nossa é mais focada no IOF, que incide na taxa de juros do crédito rural. Eu sei que a Fazenda também está com esse assunto em pauta lá, eu não sei como estão conduzindo, o Secretário Rabelo deve ter informações sobre isso também.

Enfim, no tocante à questão da estiagem, sabemos de todas as dificuldades que passaram sobretudo os produtores do Sul, além da questão das enchentes na região Norte, e estiagem no Nordeste também, que ocorre com mais frequência. E tem-se procurado trabalhar de forma antecipada, pelo menos tentando dar mais tranquilidade a esses produtores que foram afetados por essas adversidade climáticas.

O primeiro ponto é tirar os compromissos deles da linha de frente, dando um prazo até que se tenha clareza do tamanho das perdas, e aí, sim, já há toda uma orientação para se tomarem medidas de cunho mais de longo prazo.

Quanto ao endividamento, acho que foi a colega Rose que mencionou a respeito dos três anos de um quadro geral bastante positivo, em termos de resultado da agropecuária brasileira. Então, se nós estivéssemos analisando apenas resultado operacional de safras, estaríamos no melhor dos mundos. Mas há os produtores que estão carregando dívidas há algum tempo.



Então, há segmentos que, de fato, carregam algumas dificuldades, a gente tem conversado sobre isso também, mas eu diria que, neste exato momento, estamos com todas as baterias voltadas para fechar o Plano Safra de preferência este mês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Wilson.

Dr. Paulo com a palavra.

O SR. PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JÚNIOR – Prezada Senadora, a pergunta de V. Ex^a esteve vinculada à questão dos impactos para as cooperativas de crédito.

De fato, existe impacto, até porque ela é um agente financeiro que empresta o seu recurso. Mensurar o impacto nós não mensuramos. Nós temos uma gerência específica de crédito, e nós podemos solicitar a eles que façam esse estudo. Existe esse impacto.

Contudo, o que está em contexto é uma questão mais estratégica, em nível de atividade agrícola, de segurança alimentar e da importância do setor do agronegócio.

Então, eu acho que, pesando as duas situações na balança, a balança sempre tenderá mais para o lado do agronegócio, que é uma questão muito mais estratégica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Vamos ouvir a Rosemeire fazer as suas considerações, para depois ouvirmos uma boa notícia do Rabelo. O Rabelo por último, para dar uma ênfase maior, já que ele vai anunciar a taxa de juros zero, e é bom para todo mundo.

A SR^a ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Aguardamos ansiosamente a divulgação do Plano Agrícola.

É oportuna essa discussão, acreditamos que há espaço, sim, para reduzirem-se as taxas de juros. Se nós considerarmos toda a função agricultura, o que o Governo dá de subvenção é muito pouco comparado aos outros setores da economia brasileira e até com o que os outros países com os quais concorremos dão à agricultura. Então, há muito o que crescer.

A taxa de juros é um dos instrumentos principais para incentivar o setor agropecuário, assim como a questão do crédito rural, que tem que avançar no País, tem que melhorar, porque o produtor não financia 100% da sua safra no banco: ele financia também com *trading*, financia também com multinacionais. Ele tem um fundo de financiamento bastante complexo, e isso tem onerado e dificultado para esses produtores fazer o gerenciamento de risco da sua produção.

Hoje nós podemos afirmar que o produtor assume 100% do risco da atividade agropecuária, seja ele relacionado ao clima, seja ele relacionado a flutuações.



Já que nós estamos tratando de plano agrícola, vamos avançar um pouco mais! Vamos tratar de instrumentos de gerenciamento de risco para esses produtores! Nós precisamos defender um seguro rural para o setor.

Hoje nós temos 7% da área plantada assegurada no Brasil. As perdas que nós tivemos na região Sul do País foram bastante graves. Quando pegamos o relatório da Conab e olhamos lá safra de 162 milhões de toneladas, a gente avalia que houve uma perda de 1,7%. Só que esse número é falacioso! O produtor perdeu muito mais do que isso, porque o produtor que perdeu soja nem sempre planta milho. O produtor que perdeu soja, que perdeu arroz, está na Região Sul do País, que raramente tem safrinha. Esse número é falacioso porque o Mato Grosso vai colher sozinho 13 milhões de toneladas.

Então, quando a gente vê que o País teve uma queda de 12% e recuperou 10% com a safrinha dá a falácia de 1,7% de queda de safra, mas nós sabemos que não foi isso. Foi muito mais, e esses produtores demorarão para recuperar essa renda que eles perderam. Esses produtores, se tivessem um seguro-rural, teriam uma estabilidade maior de renda, e a gente manteria os níveis de investimento, os níveis de geração de emprego preservados, e infelizmente isso não tem acontecido.

Então, se estamos falando de taxa de juros, e taxa de juros está dentro de um plano agrícola e pecuário, eu acho que é um desafio para o Governo, é um desafio para a bancada ruralista, para os parlamentares criarem uma frente ampla para rever o posicionamento e a questão da política agrícola no Brasil. A gente não pode ficar de tempo em tempo, de ano em ano, discutindo se reduz a safra ou se a mantém, como se política agrícola fosse somente taxa de juros. E a gente sabe que não é. Então, é um desafio para todos nós.

Nós temos mantido esse posicionamento na CNA. Só taxa de juros e só crédito não resolve. Nós temos de ter assistência técnica para o pequeno produtor, nós temos de difundir tecnologias, nós temos de ter um sistema de seguro rural forte no País, porque é isso que vai reduzir a volatilidade de renda; é isso que vai garantir investimento e vai possibilitar que a gente dobre a produção agropecuária nos próximos anos.

O Brasil tem condições de, até 2020, produzir 400 milhões de toneladas de grãos, mas isso vai acontecer se nós tivermos incentivo do Governo, tanto na questão de desonerações, em que há muitas agendas pendentes; na questão do Reintegro, que não foi resolvido; na questão do IOF para taxa de juros; na questão do PIS/Cofins de rações para animais que não resolvida, e que precisam ser solucionados de forma a incentivar os produtores a manter a próxima safra e a manter o ritmo de crescimento que vimos tendo nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado à Rosemeire.

Com a palavra o Secretário Rabelo, e com uma grande responsabilidade.



O SR. JOÃO RABELO – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senadores e Senadoras. Meus colegas de Mesa, senhoras e senhores, há vários pontos aqui para falar, e vou ter de gastar um pouco mais do que os meus três minutos iniciais.

Em matéria de taxa de juros, isso está sendo discutido. A própria Presidenta Dilma e o Ministro Mantega nos encomendaram estudos. Nós estamos elaborando esses estudos, Senadora. Nós vamos concluir isso para anúncio do plano Safra, então, ainda estamos em processo de estudo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas dá uma expectativa para a gente. A gente não pode ficar nessa conversa “de cerca Lourenço” aqui. Está bom. Eu quero dizer o seguinte: qual é a tendência? Porque isso importante para nós. Claro que você não está anunciando que vai baixar juros, mas você acha que realmente tem condições, tem espaço? Porque aqui a gente pede uma coisa, e a pessoa diz que vai estudar isso com muito carinho.

O SR. JOÃO RABELO – Nos últimos anos, não tinha sido encomendado para fazer nenhum estudo de redução de taxa de juros. Dessa vez, foi pedido que estudássemos a possibilidade de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eles são treinados para não falar nada. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Inaudível.*)

O SR. JOÃO RABELO – Outra coisa que o senhor colocou, Senador Moka, é sobre os impostos. Na hora da captação, não dá para dizer exatamente para onde vai o recurso. O dinheiro vem para as instituições financeiras e são emprestados. Os impostos pagos são os mesmos para todos eles. Mas, há alguns anos, esta Casa criou uma letra de crédito do agronegócio. Essa letra de crédito do agronegócio é um título de captação do banco. O banco capta com isenção de IOF e de Imposto de Renda. Então, isso já foi criado com o objetivo de repor aquele *funding* fora do recurso controlado – é importante dizer isso – que os bancos estão colocando.

Então, vamos pegar um pouco do plano Safra como um todo. A CNA está com a previsão entre 180 e 190 bilhões – 188 bilhões – de necessidade de recursos para o plano de custeio do Plano Safra. Pegando a safra passada, a expectativa era de 160, Rose?

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – 174.

O SR. JOÃO RABELO – 174. O governo entrou com 107 total, mas, para custeio 65, se não me engano.

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – 62.

O SR. JOÃO RABELO – Então, 62, e a gente vai fechar com 65, salvo engano.

Então, nós temos que trabalhar nas outras fontes. Como a CNA colocou, existem outras fontes. Normalmente, nos últimos anos, quer dizer, em toda a história do crédito rural, mais ou menos, tem sido isso. Nós temos



trabalhado: o Governo entra com um terço; um terço, recursos próprios; e um terço do financiamento da safra normalmente tem vindo dos fornecedores de um modo geral. Fornecedores ou compradores. O que nós vamos trabalhar fora do plano Safra é a taxa de juros desses outros instrumentos, Senador, porque nós chegamos a ver algumas CPRs com taxa de juros de 20%. Então, temos de olhar o que está acontecendo ali. O que devemos mexer no instrumento da CPR para que ela possa ter uma taxa de juros compatível com a atividade?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O senhor está dizendo que os bancos captam isso com custo baixo e acabam, quando se financia a parte deles, com juro elevado?

O SR. JOÃO RABELO – Não, estou dizendo que nós já criamos um instrumento, que é a LCA...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Entendi.

O SR. JOÃO RABELO –..que já tem captado hoje 15 bilhões no mercado, e esses 15 bilhões que estão hoje no mercado são captados já sem IOF e sem Imposto de Renda. Então, as instituições financeiras que se interessam podem emitir, em cima das operações que elas fizerem, as suas LCAs, que eles vão fazer a captação sem os impostos.

Em relação ainda a impostos, já há alguns anos está desonerada a exportação ou o PIS/Cofins, a contribuição dos produtos primários, dos grãos e da carne.

O que nós precisamos e o que estamos trabalhando na Fazenda é para termos mais bancos operando, para que possamos ter mais limite de crédito, para que possamos ter mais tomadores e poder acompanhar, sim, o crescimento da agricultura. Por isso, esse estudo de redução ou não de taxa de juros é muito importante. Isso influencia, como a senhora sabe, o apetite ou não das instituições.

É verdade que o Governo tem vários instrumentos. Um deles são as exigibilidades. Hoje, estamos com uma exigibilidade forte no depósito à vista e na poupança rural, e o Governo vai utilizar essas fontes para poder ajudar a ter mais recursos para o crédito rural.

Em relação a alguns outros pontos que foram colocados, a garantia de preço, as políticas de PGPM, o Governo tem alocado cerca de R\$5 bi por ano, por intermédio das emendas.

Se falarmos de tecnologia, na área de investimento, ano passado só com PSI, foram financiados R\$6 bilhões em máquinas e equipamentos só para modernização tecnológica. Se olharmos o pacote como um todo, o Governo está emprestando em linhas de investimento para manter o alto nível de competitividade do setor agrícola algo entre R\$9 e R\$10 bilhões nos últimos anos.

Concordamos totalmente que o seguro é fundamental, Senador. O seguro é um assunto que nós temos de trabalhar.



Sobre os 7% da área plantada, é importante dizer o seguinte: os 7% da área plantada são a área assegurada com o seguro privado. Se nós colocamos o seguro do Proagro tem uma quantidade muito maior, tanto que no caso da Região Sul e do Nordeste, na Região Sul...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – 96%.

O SR. JOÃO RABELO – 96% dos contratos estavam segurados com o Proagro do agricultor familiar. Então, isso deu 96% dos contratos da agricultura familiar na Região Sul. No Nordeste, foi um pouco menos: tivemos cerca de 75% desses contratos com garantia do Proagro, dos pequenos, aí das operações até 150 mil.

Esse é um dos temas que estamos trabalhando, a pedido do Ministério da Agricultura, para aumentar a segurança. Como poderíamos fazer para ampliar? Então, o tema seguro também está dentro dos temas em estudo agora para anúncio do plano Safra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Secretário João Rabelo, por que o Governo não mexe no *spread* bancário para ter... Até teria maior significado sobre taxa de juros do que propriamente reduzir IOF ou outro tributo.

O SR. JOÃO RABELO – Estamos estudando esse ponto também, Senador. Como trabalhar também na taxa básica? Uma parte desses recursos vem do depósito à vista. Então, é realmente a parte do *spread* bancário. Eles captam e fazem o empréstimo. Então, esse é um dos aspectos que está em estudo no Ministério da Fazenda agora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Primeiro, Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª pela presteza em marcar esta audiência pública o mais rápido possível. O requerimento é de cerca de 15 dias atrás, aprovado. A coordenação dos trabalhos desta Comissão, como sempre prestativa. Também agradeço a todos os que vieram e atenderam ao convite desta comissão, que foi feito ainda nesta semana. E rapidamente conseguiram passar ao Senado Federal, ao povo brasileiro, uma posição com relação aos juros agrícolas. Sou signatário desse convite. No entanto, acontece a CPI no mesmo momento e lá, com alguns embates, e acabamos de fazer a última votação que dependia de quórum e da minha presença.

Mas não poderia deixar de fazer, ao menos, um breve comentário. A Senadora Ana Amélia já disse que foi anunciada por V. Sªs a pretensão do Governo, e a mensagem do Governo é de realmente baixar os juros no que diz respeito ao plano Safra. É isso? Não?



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – (*Fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Determinação do Governo...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Ah, determinação do Governo. A determinação de fazer um estudo nesse sentido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Determinação do Governo para reduzir para o setor agrícola.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Mas eu entendo também que, dentro dessa questão dos juros, está a inflação, porque o produtor... Ou não está? Está dentro da inflação.

Há uma projeção de inflação de 4,5%, segundo anunciou aqui no Senado, agora nessa semana, o presidente do Banco Central. São 4,5%... Nós tivemos quase 6%. Juros de 6,75%. Então, terá aí uma redução na inflação em torno de 1,5% para este ano. Então, naturalmente, nós poderíamos ter uma redução de juros de 1,5%, sem comprometer o lucro dos bancos ou daqueles que financiam a agricultura, naturalmente.

No entanto, a minha reflexão é no sentido de que o setor agrícola brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Desculpe interromper, Senador. Estávamos aqui tentando tirar o Secretário Rabelo uma posição mais definitiva, mas não conseguimos. Mas a ideia que se tem é de que os juros caiam para 4,5% e, para pequeno, 3%. Então, essa é a expectativa de nós aqui da Comissão da Agricultura. É um número bastante ousado, mas entendemos que é possível.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não é, Rosemeire? É possível esse número em função da baixa da taxa Selic. É só para a gente poder encaminhar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas para acrescentar também, Presidente e Senador Sérgio, que, no dia em que esteve o Presidente Alexandre Tombini, eu levantei a questão dos juros para o plano Safra, e ele também, na mesma linha do Secretário João Rabelo, e do Wilson Vaz Araújo, ele disse que o Governo estava tratando da elaboração com essa finalidade. Então, já é uma decisão de Governo. Apenas os detalhes... Essa sua informação é ótima.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não é informação. É um pedido nosso, é um pleito nosso, para podermos traçar como política nossa, interna, e também levarmos ao Ministério da Fazenda o nosso anseio, Secretário.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu entendo, Sr. Presidente, que o Governo realmente está preocupado com toda a economia. Inclusive com o indutor de um desenvolvimento sustentável. Se falarmos em 1% de redução de juros agrícolas, num plano Safra que chega a cerca de R\$100



bilhões, um pouquinho mais, esse pouquinho também são bilhões... Mas será...vamos pegar o número redondo R\$100 bilhões, e 1% é R\$1 bilhão. Esse R\$1 bilhão vai ser reinjetado na economia de forma direta, porque o produtor rural vai aplicar isso na sua própria propriedade, no consumo de insumos, de máquinas. O comércio das cidades terá esse R\$1 bilhão, e o bolso do cidadão terá esse R\$1 bilhão. Eu acho que o Governo brasileiro está pensando nisso realmente. Eu tenho conversado com várias pessoas do Governo. Essas coisas estão na pauta do Governo, mas nós, aqui, na Comissão de Agricultura do Senado, que vem buscando sempre debater de forma responsável e de forma a chamar na mesma mesa as duas partes, o setor que defende a produtividade e o Governo, que controla as suas contas e a economia, nós temos uma postura e uma obrigação de ouvir o Governo e ouvir as entidades neste sentido, até mesmo para pautar as nossas ações enquanto Parlamentares, no dia a dia, na presença nos Ministérios, na conversa, nos debates dentro do Senado, nos debates no plenário, porque eu entendo que o dado apresentado pela OCB é de 18% do PIB brasileiro. Já vi dados de vinte e um vírgula alguma coisa, produzido pela Esalq-USP, do PIB brasileiro, sendo o agronegócio responsável por isso no momento em que não se fala em desindustrialização na agricultura. Nós temos um temor, mas na agroindústria não se fala.

No momento em que se mostrou aqui, no Senado Federal, acho que nesta Comissão ou na Comissão de Assuntos Econômicos, que houve uma inversão da indústria brasileira, que era cinco vezes maior do que a dos Tigres Asiáticos juntos na década de 80 e hoje eles são cinco vezes maiores do que o Brasil, mas a agroindústria foi diferente. Ela cresceu dezenas e dezenas de vezes desde a década de 80. O país, que era importador de alimentos e se tornou o segundo maior produtor mundial, não pode perder o passo neste momento em que a política de Governo é de redução de juros e não reduzir os juros para o agronegócio.

Estivemos, agora, pela manhã, numa audiência com a Ministra Gleisi tratando dos modais de transportes e falamos com ela, por exemplo, da crise que está vindo na suinocultura e também se assola na avicultura, empresas que deixam de investir por uma série de questões no Brasil. Estão dizendo que vão investir na Argentina. Inclusive, estão dizendo que vão investir na África e na Austrália, por uma questão climática parecida com a do Brasil. O Brasil acaba perdendo o espaço em investimentos e sabemos da necessidade e da importância desses investimentos quando falamos em sustentabilidade e em crescimento, e a agricultura é, hoje, como foi demonstrado aqui, a responsável pelo PIB positivo brasileiro e, principalmente, pela balança comercial. Se nós tirarmos os 6%, 5,73% que cresceu o agronegócio em 2011, dos 2,7 que é o PIB anunciado pelo IBGE, talvez o PIB estivesse quase zero, porque representa 20% do PIB nacional e está dentro, em números redondos, é o agronegócio. Tira esses 20%, que cresceu 6%, para ver qual seria o crescimento do PIB brasileiro.



Então, não é somente socorrer na hora dos desesperos, como agora está aqui tramitando a MP nº 563, do Brasil Maior, por exemplo, a questão dos automóveis, da indústria metal-mecânica e assim por diante. O setor agropecuário vai bem? Vai bem, muito obrigado. Mas precisa de ajuda? Precisa de ajuda, sim, para não ir mal. Se não, nós vamos ter que socorrer e, depois, até nós retomarmos isso... É o que acontece, por exemplo, com a indústria de calçado e de couro, que foi embora do Brasil. E agora, para nós trazermos de volta, quanto nós perdemos? Quanto custa isso?

Então, acho que nós não podemos perder a oportunidade. Sr. Presidente, para encerrar eu digo isto: nós não podemos perder a oportunidade, neste momento em que até o juro de poupança, que é onde o cidadão guarda suas economias, foi reduzido e não haver uma redução dos juros agrícolas.

Muito obrigado e parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Consulto a Mesa...

Rosemeire, gostaria de fazer uma colocação? Por gentileza. Por favor.

A SRª ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS – Nós temos um estudo que realizamos mensalmente, que se chama Indicadores Rurais. Nesse estudo, Indicadores Rurais, a gente avalia o PIB do agronegócio brasileiro mês a mês. Infelizmente, a agroindústria brasileira está em recessão. Acumula nove meses de queda consecutiva, e isso é uma recessão técnica. O agronegócio brasileiro caiu, no primeiro trimestre, 0,75. No ano passado, no mesmo período, nós havíamos crescido 2,78. Então, é preocupante, sim. A agroindústria brasileira está espremida, e isso nos traz uma preocupação, porque, à medida que eles perderem renda, eles vão começar a pressionar os produtores rurais, e isso vai gerar muitos problemas na cadeia produtiva.

Eu já falei anteriormente, e volto a repetir, que a safra 2012/2013 é de muito cuidado; é uma safra em que as margens estarão espremidas; é uma safra em que está se consolidando um processo recessivo no agronegócio e isso vai gerar problemas e consequências para a economia do País. A própria agricultura nos números divulgados pelo IBGE caiu 7,5%, em função dessa queda de produtividade que tivemos agora. Então, é um quadro que demanda bastante cuidado dos agentes públicos e um acompanhamento de lupa de todo o setor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Rosemeire.

Consulto se alguém gostaria de fazer alguma colocação.

Dr. Wilson, por favor.

O SR. WILSON VAZ ARAÚJO – Só um comentário. Às vezes a gente fica um pouco incomodado quando se coloca que não se tem política agrícola ou não existe, ou coisa assim. Não é verdade. Senão, a gente não estaria



lá há tantos anos tentando fazer alguma coisa. A gente só fez coisa errada até aqui? Acho que é um pouco injusto esse tipo de comentário.

Do que foi colocado, eu me lembro de que, em 1999, foi criado um programa, capitaneado pela Casa Civil e a Secretaria-Geral da Presidência da República, chamado Brasil Empreendedor Rural, que acompanha o agronegócio. Quando se começou a discussão, havia 32 medidas, algumas delas, até foi falado para a Rose, não foram superadas até hoje. Quando fechamos, no dia 19 de janeiro de 2000, foi anunciado em 17 ou 19 de janeiro de 2000, foi possível anunciar 16 medidas. Naquele conjunto de 32, estava essa questão do IPI para alguns segmentos, revisão de IPI, harmonização de ações de órgãos de saúde, ambiental e agrícola, por exemplo, em portos e aeroportos. Nessa harmonização de ações, estava o Cadin, aceitava uma certidão única, como assim, negativa, para se ter acesso a alguma coisa. Foi aprovado o Pronaf. Teve a questão da taxa de renovação, AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Frota da Marinha Mercante), estava lá e continua o imbróglio até hoje; estava a questão do transporte de cabotagem, está até hoje também.

Então, Rose, a gente não desconhece, esses problemas estão lá; a gente está sempre tentando ver se superamos, mas não se supera tudo como se quer. Então, política agrícola... É engraçado isso, porque vêm delegações de diversos países querendo saber o que o Brasil faz de política agrícola, porque não existe nos países deles praticamente nada.

Na verdade, existe uma espinha dorsal, digamos assim, e você tem sempre que ajustar, porque, senão, não tinha razão a gente estar trabalhando. Você vai ajustando. Claro, algumas coisas novas temos que estar sempre incorporando, mas não que o Governo esteja desatento a isso. Não é isso. A gente está, mas tentando cada vez avançar mais, e acho que tem avanços. Se você for pegar mesmo o que nós tínhamos, com intervenção plena do Estado, num passado de 15 anos, no processo produtivo e de comercialização agrícola, hoje, não. Há resultados muito mais eficazes, efetivos, sem que tenha essa intervenção tão forte do Estado, sobretudo nessa agricultura dinâmica, de que a gente fala, de mercado. E a pesquisa também tem evoluído muito. Enfim, acho que existe e, da forma que a gente está trabalhando, conversando, e as portas do Ministério e da Secretaria estão permanentemente abertas, os colegas são testemunhas disso. Então, é assim que a gente avança: trabalhando lá no Executivo, aqui com esta Casa, sempre rica em encaminhamentos e sugestões para a gente trabalhar, das organizações de produtores. Acho que é nessa linha que a gente avança.

Só esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Wilson. Nós temos que reconhecer que o investimento do Governo com relação à agricultura, houve um avanço muito grande na produção do agronegócio brasileiro.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 24

CRA

(17ª Reunião Extraordinária)

14/06/2012

Cada vez que o Brasil mexe, investe, os nossos concorrentes também mexem e acabam fazendo com que o Brasil passe a ser mais competitivo, mais eficiente, digamos assim. E o Governo, é evidente, está atento, tanto é que o Brasil bate recordes de safra ano a ano, e o agricultor não faria isso sozinho, como o Governo também não faria isso sozinho. Então, essa política agrícola que hoje estamos tendo, os Ministérios sempre a postos, MDA, Mapa, junto com o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Basa, que é o Banco da Amazônia, OCB, CNA, essa união toda tem feito uma diferença. E temos que reconhecer que há, de fato, uma política agrícola que tem que ser melhorada ano a ano, e ela está sendo melhorada de acordo com a necessidade do mercado internacional, principalmente. O mercado exige uma eficiência maior do Brasil, do produtor brasileiro e isso está acontecendo.

Agradeço a presença da Rosemeire, do Secretário Rabelo, do Dr. Wilson, do Dr. Paulo, dos nossos Senadores, da Senadora Ana Amélia, sempre conosco aqui, mais uma vez, do Senador Sérgio Souza.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.)